



CONCURSO PÚBLICO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA – 2022

Prova Objetiva e Redação – Nível Superior TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – CONTROLADOR –



DA PROVA E DO GABARITO

- A prova objetiva possui 50 questões objetivas do tipo múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório.
- Cada questão possui 4 (quatro) opções de resposta (A – B – C – D), com apenas uma alternativa correta.
- O gabarito será divulgado no dia **02/05/2022**.



DURAÇÃO DA PROVA

- A Prova terá início às 14 horas e 15 minutos.
- O candidato terá 4 horas para realizar a prova, marcar o Cartão de Respostas e a Folha de Redação.
- Após 1 hora do início efetivo da prova, é permitido ao candidato retirar-se da sala, sem o Caderno de Questões.
- Será permitido ao candidato levar o Caderno de Questões quando faltar 30 minutos para o término da prova.



OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Conferir no Cartão de Respostas seus dados pessoais, nome, número de inscrição, documento de identidade e cargo.
- Conferir a numeração das questões e das páginas do Caderno de Questões.
- Usar apenas caneta esferográfica preta ou azul de corpo transparente.
- Evitar rasurar o Cartão de Respostas e a Folha de Redação.



DAS VEDAÇÕES

- É proibido ausentar-se da sala de posse do Cartão de Respostas ou desacompanhado.
- Não será permitida a substituição do Caderno de Questões do Cartão de Respostas e da Folha de Redação, por erro do candidato.
- É proibido o uso de qualquer espécie de dispositivos eletrônicos, bem como bonés, adereços de cabeça, chapéus, relógios digitais, analógicos ou qualquer material de consulta.
- Dispensar tratamento descortês à equipe de aplicação de provas.

Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa Nível Superior

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

Os fora-fila

Todos os dias, milhões de brasileiros perdem horas preciosas em filas de ônibus, e reclamam corretamente dos oportunistas fura-fila. Poucos percebem os fora-fila: os que usam carros privados e os que não têm dinheiro nem vale-transporte. Há séculos, muitos brasileiros fazem fila para obter o que precisam, enquanto outros não têm direito nem mesmo de esperar em fila, por falta absoluta de dinheiro; enquanto outros não precisam se submeter a filas porque têm muito dinheiro.

Por causa das ineficiências econômicas, a palavra "fila" caracteriza o dia a dia dos brasileiros, mas por causa da injustiça social não se percebe os que estão fora das filas, de um lado e outro da escala de rendas. Alguns porque não precisam se submeter a elas, graças a privilégios e dinheiro, outros porque não têm o direito de entrar nelas. No meio, imprensados, os da fila, ignorando os extremos. Nós nos acostumamos a ver com naturalidade os que não precisam e ainda mais os que não conseguem entrar nas filas, por tratá-los como invisíveis.

No setor da saúde, nos indignamos com os que tentam furar a fila para tomar vacina, mas não percebemos a injustiça quando furam a fila ao usar dinheiro para o atendimento médico de um pediatra para o filho, de um dentista e de profissionais de todas as outras especialidades que não estão disponíveis no SUS, com a urgência necessária. Apesar do nome, o sistema nacional de saúde não é único: de um lado, tem o SUS com suas filas; e, do outro, o SEP - Sistema Exclusivo de Saúde - sem fila para os que podem pagar.

Todos condenamos os fura-fila do SUS para tomar vacina, mas todos aceitamos que se fure a fila nas demais especialidades médicas, inclusive cirurgias, por meio do uso do dinheiro. Em alguns casos, há reclamação quando a fila se organiza por um pequeno papel numerado, mas não se protesta quando, perto dali, o atendimento é imediato, porque no lugar do papel com o número da fila usa-se papel moeda. Aceita-se furar fila graças ao dinheiro. Nem se considera como fura fila. São os fora-fila, aceitos por convenção de que o dinheiro pode comprar saúde.

Na moradia, alguns entram na fila do programa Minha Casa Minha Vida; outros não precisam,

compram diretamente a casa que desejam e podem; outros também não entram na fila, porque não têm as mínimas condições de financiamento.

O mesmo vale para a educação. Em função do Coronavírus, o Brasil descobriu que algumas boas escolas, em geral pagas e caras, com ensino remoto, computadores e internet em casa, permitem que alguns cheguem ao ENEM com mais possibilidade de aprovação do que outros. Apesar de que a aprovação é conquistada pelo mérito do concorrente, os aprovados se beneficiaram da exclusão de muitos concorrentes ao longo da educação de base.

A desigualdade na qualidade da escola desigual o preparo entre os candidatos, como uma forma de empurrar alguns para fora e outros para a frente da fila. De certa forma, alguns furaram a fila para ingresso na universidade, por pagarem uma boa escola ainda na educação de base. E não há reclamação porque os fora da fila são invisíveis, porque não concluíram o Ensino Médio, ou concluíram um Ensino Médio sem qualidade que não lhes deu condição sequer de sonhar fazer o ENEM.

Tanto quanto os que não podem pagar o transporte público não entram na fila do ônibus, os analfabetos (12 milhões de brasileiros) não entram na fila do ENEM para ingresso na universidade. Foram excluídos da formação, por falta de oportunidade para desenvolver o talento no momento oportuno da educação de base, e, por isso, ficam impedidos de disputar, por mérito, uma vaga na universidade.

Ninguém fura fila para chegar à seleção brasileira de futebol, porque todos tiveram a mesma chance. A seleção é pelo mérito, graças ao fato de que a bola é redonda para todos, independentemente da renda.

Temos a preocupação de assegurar os mesmos direitos para obter vacina, não o mesmo direito para a qualidade e a urgência no atendimento de saúde e de educação, independentemente da renda e do endereço da pessoa. Nem ao menos consideramos que há injustiça em furar fila usando dinheiro para ter acesso à educação e à saúde de qualidade. É como se fosse normal furar fila por se ter muito dinheiro e normal ficar fora da fila por falta total de dinheiro. No meio, ficam os que, por pouco dinheiro, ficam na fila e se indignam com os que tentam desrespeitar a ordem, sem atentar para os fora da fila nos carros, ou os fora da fila caminhando. Os primeiros aceitamos pelas leis do mercado, os outros tornamos invisíveis.

Questão 01

"Ninguém fura fila para chegar à seleção brasileira de futebol..." Na passagem em destaque, o termo sublinhado exerce função sintática de sujeito:

- (A) simples.
- (B) indeterminado.
- (C) composto.
- (D) inexistente.

Questão 02

O autor do texto apresenta, ao longo da discussão, o sentido do termo "Os fora-fila". Nesse contexto, é possível afirmar que o conceito de "Fora-fila" está associado à(s):

- (A) maneira como certos indivíduos são tratados em virtude de seu nível intelectual e acadêmico enquanto os demais são marginalizados socialmente.
- (B) formas como as pessoas se comportam mediante as diferentes ofertas a elas impostas pela sociedade com base em um critério sociopolítico e tecnicista.
- (C) realização social de determinadas pessoas, no que tange às suas escolhas políticas e ao modo como a sociedade dá visibilidade a outras pessoas sem expressividade.
- (D) oportunidades que alguns indivíduos têm em função de suas condições econômicas e à situação de invisibilidade de outros aos olhos da sociedade.

Questão 03

"Temos a preocupação de assegurar os mesmos direitos para obter vacina..." O termo sublinhado pertence à classe das preposições. Nesse contexto, a preposição sublinhada apresenta valor semântico de:

- (A) localização.
- (B) consequência.
- (C) instrumento.
- (D) finalidade.

Questão 04

"Todos os dias, milhões de brasileiros perdem horas preciosas em filas de ônibus, ..."

A reescritura da passagem em destaque, que mantém também a norma culta da Língua Portuguesa, é:

- (A) milhões de brasileiros, todos os dias, perdem horas preciosas em filas de ônibus.
- (B) todos os dias, milhões de brasileiros perdem, horas preciosas em filas de ônibus.
- (C) milhões de brasileiros, perdem horas preciosas todos os dias, em filas de ônibus.
- (D) todos os dias milhões de brasileiros perdem horas, preciosas em filas de ônibus.

Questão 05

"Nós nos acostumamos a ver com naturalidade os que não precisam e ainda mais os que não conseguem entrar nas filas, por tratá-los como invisíveis." O termo sublinhado refere-se a algo anteriormente mencionado no texto. Nesse caso, o pronome em destaque estabelece uma relação de referência a:

- (A) cidadãos que repudiam fazer parte de filas, já que não conseguem se ver em tal situação.
- (B) indivíduos que não precisam entrar em filas porque possuem tudo o que desejam.
- (C) grupos sociais que possuem ojeriza a filas em função de seu histórico socioeconômico.
- (D) pessoas excluídas socialmente a ponto de não terem razão para entrarem em filas.

Questão 06

"... compram diretamente a casa que desejam..." O termo sublinhado exerce igual função sintática, na oração em que está inserido, daquela destacada em:

- (A) naquela cidade, a vida era pacata.
- (B) as escolas precisam do apoio familiar.
- (C) os visitantes exploram as trilhas.
- (D) o local estava tranquilo demais.

Questão 07

O uso da primeira pessoa do discurso na construção textual provoca um impacto junto ao leitor. Tal situação pode ser evidenciada, pois:

- (A) o texto em "nós" impõe uma opinião ao leitor e determina a forma como ele precisa pensar o texto em termos de ideias e de visão acerca do mundo.
- (B) a primeira pessoa do plural induz o leitor a pensar da mesma maneira que o enunciador e tal fato determina a certeza de que não há controvérsias nas opiniões.
- (C) a marca de primeira pessoa do plural deflagra um desejo do enunciador de criar um impasse, no que diz tange às ideias do leitor, instigando a destreza opinativa.
- (D) o uso do "nós" pode fazer o leitor se sentir parte integrante do texto e isso promove um grau de aproximação entre as partes do discurso no texto.

Questão 08

O texto de Cristóvam Buarque é um artigo de opinião. Com base no gênero apresentado, o texto "Os fora-fila", em termos de tipologia, é predominantemente:

- (A) descritivo.
- (B) expositivo.
- (C) argumentativo.
- (D) narrativo.

Questão 09

"... porque no lugar do papel com o número da fila usa-se papel moeda." O "se" pode ser classificado, sintaticamente, de igual maneira em:

- (A) garante-se informação verdadeira aqui.
- (B) vive-se bem na cidade do Rio de Janeiro.
- (C) necessita-se de apoio em decisões importantes.
- (D) mora-se em um lugar extremamente perigoso.

Questão 10

"Em alguns casos, há reclamação quando a fila se organiza por um pequeno papel numerado, mas não se protesta quando, perto dali..." Nesse contexto, as conjunções sublinhadas apresentam, respectivamente, valor semântico de:

- (A) tempo e oposição.
- (B) conformidade e alternância.
- (C) alternância e oposição.
- (D) proporção e conformidade.

Conhecimentos Gerais - Legislação Nível Superior

Questão 11

Dentre as várias condições para o trâmite regular de uma iniciativa popular de lei, indique a opção INCORRETA entre as opções a seguir:

- (A) o projeto será protocolizado perante a Secretaria da Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação.
- (B) cada projeto de lei poderá circunscrever-se mais de um assunto, devendo, neste caso, ser revisado pela Comissão de Constituição, Justiça, Redação Final e Legislação Participativa, para que, caso necessário, sofra as devidas adequações e possa tramitar corretamente.
- (C) assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral.
- (D) não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania escoimá-lo dos vícios formais para sua regular tramitação.

Questão 12

João, servidor estável, foi demitido após os trâmites de processo administrativo por abandono de cargo. Tempos depois move ação judicial com a finalidade de comprovar que sua demissão foi injusta, ao final do processo sentença declara que a demissão foi injusta e determina a reinvestidura de João no cargo que ocupava anteriormente.

Nesta situação hipotética, o provimento do cargo público se dará através de:

- (A) reverso.
- (B) reintegração.
- (C) recondução.
- (D) readaptação.

Questão 13

Conforme o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a declaração de renúncia ao mandato de Deputado se tornará efetiva e irrevogável:

- (A) após a entrega da declaração de bens atualizada e assinatura da ratificação do termo de renúncia.
- (B) depois de lida no expediente e publicada no Diário da Assembléia.
- (C) depois de aprovada pela Assembléia.
- (D) a partir do momento que é entregue à Mesa.

Questão 14

Em caso de incapacidade civil absoluta julgada por sentença de interdição ou comprovada através de perícia médica passada por junta nomeada pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), o Deputado:

- (A) perderá o mandato parlamentar, em função da perda dos direitos políticos, conforme disposto no Art.15 da Constituição Federal.
- (B) será suspenso do exercício do mandato parlamentar, com perda da remuneração, até que sua capacidade seja atestada por junta médica constituída de cinco médicos, estranhos ou integrantes dos quadros da ALEMA, desde que de reputada idoneidade profissional.
- (C) deverá ser cassado do mandato parlamentar, pois a casa legislativa a qual pertence fará um julgamento político acerca da razoabilidade, proporcionalidade e conveniência do exercício das suas funções parlamentares.
- (D) será suspenso do exercício do mandato parlamentar, sem perda da remuneração, até que sua capacidade seja atestada por junta médica constituída de três médicos de reputada idoneidade profissional, estranhos aos quadros da ALEMA

Questão 15

Durante o estágio probatório, o servidor será avaliado para o desempenho do cargo. Nesta avaliação serão considerados os fatores de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. Informe a duração do período de estágio probatório, conforme disposto no Estatuto do Servidor Público do Estado do Maranhão:

- (A) 18 meses.
- (B) 24 meses.
- (C) 36 meses.
- (D) 12 meses.

Questão 16

Conforme o Estatuto do Servidor Público do Estado do Maranhão, há situações onde o servidor público poderá se afastar do exercício de suas funções sem prejuízo de sua remuneração. Avalie as hipóteses abaixo:

I - para doação de sangue, por 1(um) dia;

II - por até 7 (sete) dias, por motivo de casamento;

III - quando convocado para participar de júri e outros serviços obrigatórios por lei;

IV - por motivo de alistamento eleitoral, até 1 (um) dia;

V - para exercer atividade político-partidária;

Aponte dentre as opções de resposta, a que cita os casos em que não haverá desconto no salário do servidor:

- (A) I, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) II, III, IV e V.

Questão 17

Célio, servidor estável da ALEMA, foi eleito como Prefeito e deverá cumprir mandato eletivo pelo período de quatro anos. Assim, deverá ser afastado de seu cargo na ALEMA.

Analise as afirmativas a seguir:

I - Célio, por ter sido afastado de suas funções na ALEMA, ficará obrigatoriamente com a remuneração do cargo de Prefeito

II - Célio continuará contribuindo para a previdência social como se em exercício estivesse

III - Célio, em caso de necessidade da administração pública, não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa de onde está exercendo seu mandato

Considerando as disposições contidas no Estatuto do Servidor Público do Maranhão, marque a opção que cita a(s) afirmativa(s) correta(s):

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III.

Questão 18

Dentre as opções apresentadas a seguir, indique a que NÃO é uma das finalidades dos projetos de decreto legislativo:

- (A) fixação do subsídio e da representação do Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado.
- (B) sugerir medidas de interesse público que não sejam de competência da Assembléia Legislativa, e sim de iniciativa exclusiva dos demais Poderes.
- (C) licença para Deputados desempenharem missão diplomática em caráter transitório.
- (D) aprovação da indicação dos membros do Tribunal de Contas do Estado e outras indicações que a lei especificar.

Questão 19

Sobre o direito de petição do servidor, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho, pode-se afirmar que prescreve em:

- (A) 05 (cinco) anos a contar data de publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- (B) 120 (cento e vinte) dias a contar data de publicação do ato impugnado ou 05 (cinco) anos da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- (C) 120 (cento e vinte) dias a contar data de publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- (D) 05 (cinco) anos a contar data de publicação do ato impugnado ou 120 (cento e vinte) dias da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Questão 20

Ocorrerá aposentadoria compulsória de servidor público na seguinte hipótese:

- (A) quando o servidor completar 70 anos de idade.
- (B) quando o servidor for acometido por moléstia incurável.
- (C) quando o servidor sofrer acidente em serviço e, em decorrência disso, não seja mais capaz de exercer sua função.
- (D) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher.

Conhecimentos Gerais - Informática Nível Superior

Questão 21

O Excel permite a junção de textos e números de várias células em uma só. Utilizando esse recurso conforme a imagem a seguir, o resultado esperado da célula é:

	A	B	C	D
1	Dias	Mês	Ano	
2	6	3	2022	
3	8	9	2021	
4				
5	=A2 & "de"&B2 & "de" &C2			
6				

- (A) 6 de março de 2022
- (B) 6de3de2022
- (C) 6demarçode2022
- (D) 06 de março de 2022

Questão 22

Nos computadores, existem diversos tipos de memória utilizadas; algumas ficam na placa-mãe, outras no processador, algumas ficam no gabinete ligadas à placa-mãe através de cabos. Dentre essas memórias, a alternativa que apresenta apenas memórias voláteis é:

- (A) CMOS, RAM, CACHE.
- (B) CMOS, RAM, SSD.
- (C) BIOS, CACHE, ROM.
- (D) RAM, CACHE, HD.

Questão 23

O HDD (Hard Disk Driver), também conhecido com HD, pode ser substituído por um produto que está sendo difundido atualmente. Nesse caso, o hardware que está em ascensão é:

- (A) BD-R (Blu-ray Recordable Disc).
- (B) Pendrive.
- (C) SSD (Solid State Drive).
- (D) CMOS(Complementary metal-oxide-semiconductor).

Questão 24

A tecnologia de SSHD (Solid State Hybrid Disc) está sendo utilizada como uma alternativa ao uso de HD e SSD (Solid State Drive). Dentre as características do SSHD, destaca-se que o SSHD:

- (A) é um HD com um pequeno SSD utilizados em conjunto, com o objetivo de criar um buffer de memória e ganhar velocidade de leitura e escrita.
- (B) é uma alternativa mais barata do que o SSD e um pouco mais cara que o HD, tendo o desempenho superior ao HD, mas com o tempo de latência na leitura e gravação um pouco maior do que do HD
- (C) utiliza uma memória volátil em sua estrutura trabalhando em conjunto com o disco magnético para gravarem as informações permanentes do sistema.
- (D) é um híbrido entre SSD e HD com a pequena desvantagem de necessitar de bateria para não perder as informações gravadas no SSD.

Questão 25

Ao utilizar o computador, o usuário observa que o sistema está bastante lento. A ferramenta do sistema que propicia a verificação do que está acontecendo com os recursos de hardware é:

- (A) gerenciador de dispositivos.
- (B) explorador de arquivos.
- (C) gerenciamento de disco.
- (D) gerenciador de tarefas.

Questão 26

Ao utilizar o editor de texto WORD erroneamente, o usuário digitou todo parágrafo em minúsculo mas desejava que fosse maiúscula. A maneira mais simples de corrigir essa falha é selecionando o texto e pressionar:

- (A) Ctrl+F5.
- (B) Shift+F5.
- (C) Shift+F3.
- (D) Ctrl+F3.

Questão 27

Uma forma de se agrupar arquivos para envio posterior é a criação de um arquivo compactado. A extensão de arquivo compactado é:

- (A) .pdf
- (B) .xls
- (C) .rar
- (D) .doc

Questão 28

O Excel tem o recurso de arredondar os números para cima ou para baixo, e ainda pode-se escolher a quantidade de casas decimais nesses arredondamentos.

Considerando o comando de arredondar para baixo, a utilização correta desse é:

- (A) =ARREDONDAR.BAIXO(A3;0)
- (B) =ARREDONDAR.BAIXO(A3:0)
- (C) =ARREDONDAR.PARA.BAIXO(A3;0)
- (D) =ARREDONDAR.PARA.BAIXO(A3:0)

Questão 29

Utilizando o Excel, é verificado que há tarefas que necessitam ser executadas repetidamente. Uma alternativa para automatizar essa ferramenta é:

- (A) criar a rotina em C++ e importar para o Excel.
- (B) utilizar gravador de tela e selecionar a opção de repetir o vídeo.
- (C) criar uma macro.
- (D) iniciar a célula com "=" e descrever o comando dentro da célula.

Questão 30

Ao formatar o texto no editor Word, buscando alterar as características da fonte utilizada, o usuário pode clicar na faixa de opções: tamanho de fonte, tipo de fonte, entre outras. Outra opção para acessar essas e outras configurações para a fonte é pressionar:

- (A) Ctrl+Shift+>
- (B) Ctrl+Shift+<
- (C) Ctrl+Shift+P
- (D) Ctrl+Shift+F

Controlador

Questão 31

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000)- estabelece condições para concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. A respeito do tema, a espécie de renúncia de receita que consiste no perdão da dívida, justificado por circunstâncias previstas em lei, a exemplo do alto custo não compensável com a quantia em cobrança, é o(a):

- (A) Isenção.
- (B) Remissão.
- (C) Subsídio.
- (D) Anistia.

Questão 32

O orçamento programa é um instrumento de planejamento da ação do Governo e a sua adoção na Administração Pública no Brasil representou grandes avanços em relação aos sistemas orçamentários anteriores. A alternativa que apresenta as características do orçamento programa é:

- (A) Uma eficiente ferramenta de gestão do orçamento público de uso privativo da Secretaria de Orçamento Federal.
- (B) Um processo de elaboração de orçamento que exige dos gestores, a cada novo exercício, a justificativa detalhada dos recursos solicitados.
- (C) Um instrumento de gestão pública que busca atender às necessidades dos órgãos públicos, no qual constam apenas a previsão de receitas e fixação de despesa, sendo um peça meramente contábil e financeira.
- (D) Um tipo de orçamento moderno que enfatiza a vinculação entre planejamento e orçamento, e o estabelecimento de metas e objetivos.

Questão 33

A Administração Pública no Brasil vem passando por profundas transformações desde meados do século XX, migrando da administração patrimonialista, perpassando pela administração burocrática e se inserindo num contexto gerencial-estratégico. A alternativa que apresenta uma das características da Administração Pública Gerencial é:

- (A) Rigidez na hierarquia, meritocracia e competência técnica.
- (B) Inexistência de distinção clara entre o bem público e o particular.
- (C) Estrutura governamental verticalizada com diversos níveis hierárquicos.
- (D) Promoção do controle dos resultados e da descentralização política.

Questão 34

Sobre administração pública, analise as afirmações a seguir:

Entidade 1: serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Entidade 2: dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

As entidades acima conceituadas são, respectivamente:

- (A) Fundação Pública e Empresa Pública.
- (B) Fundação Pública e Sociedade de Economia Mista.
- (C) Autarquia e Sociedade de Economia Mista.
- (D) Autarquia e Empresa Pública.

Questão 35

Ao tratar sobre o orçamento público, a Lei 4.320/1964 define que o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição é:

- (A) O Reconhecimento da dívida.
- (B) A Reserva Orçamentária.
- (C) O Empenho da despesa.
- (D) A Liquidação da despesa.

Questão 36

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000) - estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Segundo a LRF, o Relatório de Gestão Fiscal, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias e as prestações de contas, e o respectivo parecer prévio são instrumentos de:

- (A) Responsabilização.
- (B) Transparência.
- (C) Controle.
- (D) Planejamento.

Questão 37

Determinado Governador do Estado, após estudos de sua equipe econômica, entendeu por conceder benefício de natureza tributária decorrente de renúncia de receita. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o ato de concessão deve estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e estar acompanhada, pelo menos, de:

- (A) Demonstração de que a renúncia está compatível com a Lei do Plano Plurianual ou do anexo de metas fiscais para os dois exercícios seguinte.
- (B) Medidas de compensação, por meio de redução de despesas, demonstrando que o orçamento previsto atenderá ao princípio do equilíbrio orçamentário.
- (C) Relatório resumido da execução orçamentária, contendo a previsão para atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias .
- (D) Medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Questão 38

Segundo a Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno tem como uma de suas finalidades:

- (A) Remeter ao Poder Legislativo os projetos de lei do plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual nos prazos previstos na Constituição.
- (B) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas.
- (C) Avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração.
- (D) Representar ao Poder Judiciário irregularidades ou abusos apurados pelos órgãos e entidades da administração pública.

Questão 39

Determinada entidade técnica representativa da sociedade civil, ao realizar o acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal, executa o controle denominado:

- (A) Administrativo.
- (B) Jurídico.
- (C) Externo.
- (D) Concomitante.

Questão 40

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal , o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público tem como competência fiscalizar o cumprimento da referida Lei, com ênfase no que se refere à (ao):

- (A) Atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) Avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes próprios de previdência.
- (C) Estoque de dívida ativa em cada ente da federação.
- (D) Evolução do patrimônio líquido das empresas estatais dependentes.

Questão 41

O conjunto de mecanismos e de procedimentos que levam os decisores governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo maior transparência e exposição pública das políticas públicas, corresponde à definição de:

- (A) Governança corporativa.
- (B) *Accountability*.
- (C) Transparência pública.
- (D) Governança no setor público.

Questão 42

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Para a apuração do atendimento dos limites, **não** será computada a despesa com:

- (A) Vencimentos e vantagens variáveis.
- (B) Encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- (C) Indenizações por demissão de servidores ou empregados.
- (D) Horas extras e subsídios.

Questão 43

O controle da Administração Pública pode ser definido como o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa. A respeito do tema, a alternativa correta é:

- (A) O Controle de Mérito é exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos do Poder Executivo, podendo ser exercido também pelo Poder Legislativo, com algumas restrições.
- (B) O Controle *a posteriori* tem por objetivo rever os atos praticados, tanto para sua correção quanto para sua conformação ou desfazimento do ato.
- (C) O Controle Social é exercido pelo Poder Legislativo, representando a participação da sociedade no controle da atuação da administração pública.
- (D) O Controle Administrativo é um controle de legalidade e de mérito, exercido exclusivamente pelo Poder Executivo sobre suas próprias condutas.

Questão 44

Consoante a Constituição da República Federativa do Brasil, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual **NÃO** compete:

- (A) Exercer o controle dos direitos e haveres da União.
- (B) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (C) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- (D) Realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Questão 45

A Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) definiu uma série de princípios básicos que deverão ser observados pelos agentes públicos nos processos licitatórios. A alternativa que apresenta os princípios explicitados na Lei é:

- (A) Da moralidade, do julgamento objetivo, da isonomia, da oportunidade, da economicidade e da legalidade.
- (B) Da moralidade, do julgamento objetivo, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da legalidade, da impessoalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.
- (C) Da legalidade, da impessoalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, do julgamento objetivo, da oportunidade e da economicidade.
- (D) Da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da isonomia e da finalidade.

Questão 46

Determinado Estado da Federação apresentou projeto de lei com intuito de criar entidade da administração indireta e transferir determinado serviço público para tal entidade. Nesse caso, o Estado está agindo por meio de:

- (A) Descentralização por outorga.
- (B) Concessão de serviço público.
- (C) Descentralização por delegação.
- (D) Desconcentração.

Questão 47

A Lei Federal 4.320/1964 institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Consoante o artigo 2º, a Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios orçamentários:

- (A) Anualidade, Economicidade, Unidade.
- (B) Unidade, Materialidade e Exclusividade.
- (C) Exclusividade, Universalidade e Economicidade.
- (D) Anualidade, Universalidade e Unidade.

Questão 48

Consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação, expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- (A) Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório da Gestão Fiscal apresentados semestralmente pelo Ordenador de Despesas.
- (B) Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os ativos e passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- (C) Anexo de Metas Fiscais, em valores correntes e constantes, relativas às despesas para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (D) Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO.

Questão 49

Considerando as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- (A) Para a contratação de obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para a modalidade convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- (B) Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- (C) para aquisição de materiais e equipamentos, que só possam ser fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivo, sendo vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação.
- (D) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa.

Questão 50

O ciclo orçamentário pode ser definido como um rito legalmente estabelecido, não autossuficiente, com etapas que se repetem periodicamente.

No Brasil, o ciclo orçamentário se divide nas etapas de:

- (A) Elaboração / planejamento da proposta orçamentária; execução orçamentária / financeira; discussão / estudo / aprovação; avaliação / controle.
- (B) Elaboração / planejamento da proposta orçamentária; discussão / estudo / aprovação; execução orçamentária / financeira; avaliação / controle.
- (C) Discussão / estudo / aprovação; elaboração / planejamento da proposta orçamentária; execução orçamentária / financeira; avaliação / controle.
- (D) Discussão / estudo / aprovação; elaboração / planejamento da proposta orçamentária; avaliação / controle; execução orçamentária / financeira.

Redação

Texto I

O turismo sustentável é caracterizado por atender às necessidades dos turistas sem causar prejuízos ao meio ambiente, minimizando impactos ambientais e promovendo benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos. Uma vez que a natureza é um dos principais atrativos turísticos de uma região, a sustentabilidade é essencial para o crescimento do turismo e para a preservação ambiental e cultural de uma região.

A sustentabilidade no turismo, portanto, concilia a preservação com o crescimento turístico, satisfazendo as necessidades econômicas, ambientais e turísticas. Para alcançar esses objetivos, as ações de turismo sustentável se baseiam especialmente em adaptar a infraestrutura, para que o impacto causado pelo fluxo de turistas seja o menor possível.

Um exemplo de sustentabilidade no turismo é um lugar que utiliza um rio como ponto de visitação: ele pode ser explorado de maneira responsável, com atividades que visem diversão e convivência responsável com esse recurso natural, sem causar qualquer tipo de dano a ele ou seu entorno.

Para isso, torna-se necessária a criação de regras para a visitação, de modo a evitar que os turistas adotem ações prejudiciais ao ambiente. Por meio dessas normas de preservação, protege-se a vida ao mesmo tempo em que a economia se mantém ativa, unindo responsabilidade e desenvolvimento.

As ações de turismo sustentável também são muito eficientes para desenvolver a consciência socioambiental do turista, ensinando-o a importância de preservar a região e como suas ações podem impactar o meio ambiente e prejudicar as futuras gerações.

abildaadd-uissmmo
aq.com.br/blog/importancia-sustentabilidade-turismo/

Texto II

A potencialidade maranhense das cadeias produtivas é enorme, como exemplos temos o manejo da juçara, a produção de polpas, doces e geleias de frutas regionais como cupuaçu e bacuri que movimentam a bioeconomia estadual e ainda são a principal

TÉCNICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONTROLADOR - 1

alternativa de renda e segurança alimentar para muitas comunidades tradicionais do estado. Pensando nisso, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) separou importantes informações sobre essas riquezas do Maranhão.

O turismo ecológico ou de base comunitária é parte dos serviços ecossistêmicos não materiais que a natureza nos oferece. É caracterizado pelo contato com os ecossistemas, bem como a realização de atividades que promovam a vivência social, o conhecimento científico sobre o ambiente visitado e curiosidades sobre os aspectos da cultura local, realizando, assim, maior integração entre visitantes e moradores locais.

A atividade, que atualmente é o ramo da indústria turística que mais cresce, visa também a proteção das áreas em que o ecoturismo acontece, além de ser uma ótima oportunidade para promover a educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

marannhene-dascaaeias-proddivvas-uuismmoec
ologconooestado
-das-cadeias-produtivas-turismo-ecologico-no-estado
- adaptado - 9/02/2022

Texto III



<https://quasenomade.com/o-que-e-turismo-sustentavel/>

Proposta de Redação

A partir dos textos motivadores e dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, elabore um texto dissertativo-argumentativo, com limite mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, no qual discuta a seguinte questão:

"A importância do turismo sustentável"

Em seu texto, você deve selecionar, organizar e relacionar, de forma consistente, coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa do seu ponto de vista.

